

O Professor de História e o Trabalho com Patrimônio Histórico

Joacilio Lima de Sousa¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar de que forma os professores que lecionam História da Rede Estadual, percebem e conceituam Patrimônio Histórico. Buscamos travar diálogos com pessoas dotadas de conhecimentos sobre o tema estudado, como também apresentam trechos de autores que abordam discussões sobre o Patrimônio Histórico de Sobral. Problematisa-se aqui o descaso do poder público e o desconhecimento da população em relação ao Patrimônio Histórico de Sobral, vítima de ações políticas que não demonstraram nenhum cuidado por este legado cultural e que mesmo assim, recebeu uma contribuição no aumento de seu acervo em períodos difíceis de Sobral. E em seguida comentamos sobre o que está estimulando a preservação do Patrimônio Histórico Cultural atualmente.

Palavras-Chave: Professor de História, Cidade e Patrimônio Histórico

ABSTRACT

This article has as objective analyzes that it forms the teachers that teach History of the State Net, they notice and they consider Historical Patrimony. We looked for to join dialogues with people endowed with knowledge on the studied theme, as well as they present authors' spaces that approach discussions on the Historical Patrimony of Sobral. It is problematized the negligence of the public power and the ignorance of the population here in relation to the Historical Patrimony of Sobral, victim of political actions that you/they didn't demonstrate any taken care by this cultural legacy and that even so, it received a contribution in the increase of your collection in periods difficult of Sobral. It is soon after we commented on what it is stimulating the preservation of the Cultural Historical Patrimony now.

Word-key: Teacher of History, City and Historical Patrimony

As transformações urbanas e geográficas desencadeiam uma série de conseqüências não só no concreto da cidade, mas também, e principalmente, nas ações e costumes de seu povo; o qual estabelece vínculos fortes com seu chão – ou de amor ou de ódio. O urbano extrapola o concreto. O urbano são as pessoas, com suas sensibilidades e sua apatia depositadas no ordinário – não repetitivo, embora pareça – permeado de sabores e dissabores. Nesse sentido, as intervenções humanas no espaço urbano, por menores e mais ordinárias que sejam, transformam não só o concreto, mas todos aqueles e aquelas em seu entorno são afetados.

Para Sandra Jatahy Pesavento, a cidade - e suas mutações geográficas e sociais – é o palco principal da virtude e do vício. É “mãe” e “monstro”, ao mesmo tempo. Abarca amores e desamores, não como opostos, mas como complementares. Envolve também personagens múltiplos com suas múltiplas sensibilidades e percepções do real. A cidade, mexida e remexida, é reflexo da modernidade e do desenvolvimento capitalista.²

A cidade visitada, literalmente, e visitada pelas letras e pelo discurso histórico – tanto em sala-de-aula quanto fora dela – é uma ação imperativa nos atuais modelos de concepção, escrita e ensino de História. É preciso problematizar a cidade, (re) vê-la, (re) pensá-la. É preciso percebê-las em

seus vícios e virtudes, (re) interpretar seus patrimônios históricos – que sejam eles físicos quer sejam as pessoas, suas vidas, seus amores e desamores. Entretanto, o foco maior desse artigo é problematizar a concepção dos professores de História de Sobral-CE sobre a “*Princesa do Norte*” e de seu Patrimônio Histórico. Sobral foi tombada como patrimônio histórico nacional pelo IPHN (Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional) em 1997, na gestão do então Prefeito Cid Ferreira Gomes, em 1997.

Entendemos que a sala de aula – quer seja de uma escola institucionalizada, quer seja de uma casa no meio da mata que serve para aprendizagem dos alunos, quer seja numa associação de bairro, quer seja numa ONG – é um espaço de luta, um espaço de conflito, assim como a cidade. Muito mais do que um espaço de consenso, de acordos. Pelo menos, deveria ser. Pois, muitas experiências de trabalho, de religiosidade, de comportamentos sociais e culturais pululam nesse espaço. É a percepção e o sentimento (de sentir na pele) da pluralidade acontecendo e fazendo-se. A sala de aula é espaço onde convergem o social e o individual. Para lá são canalizadas vidas em efervescência – com todas as suas conquistas e contradições dos alunos, dos professores, do poder público e/ou privado institucionalizado, etc.

Em 14 de outubro de 1702, o português Antônio da Costa Peixoto, vereador de Aquiraz, conseguiu uma sesmaria na ribeira do Acaraú, local onde hoje está localizada a cidade de Sobral, estendendo-se da margem esquerda do Rio Aracaú ao sopé da Serra da Meruoca. Parte dessa sesmaria foi herdada por sua filha Apolônia, casada com Antônio Marques Leitão. Mais tarde, sua filha, Quitéria Marques de Jesus, casada com Antonio Rodrigues Magalhães, herdou a propriedade de seus pais.

Em 1750 o casal veio residir na fazenda que recebera a denominação de Caiçara, transformando-se, em pouco tempo, numa florescente povoação. No decorrer de 1712, veio para ribeira do Acaraú o Padre João Matos Monteiro; quatro anos depois foi criado o ***Curato** do Acaraú, que se estendia até a Serra da Ibiapaba desde 1742 quando Padre Lino Gomes Correia escolheu a Fazenda Caiçara para ser sede do Curato do Acaraú, iniciou-se a implantação do povoado. A presença de padres com certa assiduidade e, depois, a construção da capela na fazenda construída nas terras doadas pelos proprietários contribuiu para o desenvolvimento do povoado, tendo como principal atração a função religiosa.

Desde 1716, quando se instalou o Curato do Acaraú, na fazenda Caiçara, aconteceram fatos que determinaram os ciclos econômicos do couro, do comércio e, mais recentemente, da industrialização, forjados por homens voluntários que não só construíram um patrimônio no sentido coletivo, mas também uma cultura marcante nos diversos setores do conhecimento. ³

Os colonizadores que aqui chegaram vieram da capitania de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, atravessando os sertões em busca de minas ou fugindo dos ataques holandeses e de outros diretamente de Portugal. Foram esses os donos dos primeiros ****rebanhos** chegados, fazendo da pecuária a principal atividade dessa região. A proximidade do rio Acaraú fez com que a povoação de Caiçara logo tivesse desenvolvimento incomum privilegiada pela posição geográfica, situada no entroncamento das rotas que levavam os fazendeiros e comerciantes dessa região ao Piauí e Maranhão e ainda, ligadas aos portos de Acaraú ou Itapajé e Camocim. Portanto, a povoação Caiçara era o elo entre o sertão, o litoral e as serras de Ibiapaba e Meruoca.

Os rios foram pontos essenciais da colonização; os caminhos flúvio-terrestre serviam de escoadouros das boiadas de corte para os mercados consumidores, e, nesse contexto, a Estrada da Caiçara, percorrida freqüentemente pelas boiadas, foi importante fator de ligação entre o interior e o litoral. ⁴

Dedicada às atividades pastoris e comerciais, a povoação de Caiçara tornou-se importante centro populacional, sendo por isso elevada à condição de Vila, por ordem do Governador de

Pernambuco, Manoel da Cunha Meneses. A primeira sessão da Câmara, com a eleição e posse de seus vereadores, na presença do 10º Ouvidor-mor do Ceará, João da Costa Carneiro e Sá, deu-se no dia da instalação da Vila Distinta e Real de Sobral – 05 de julho de 1773. O nome Sobral é de origem latina, uma árvore chamada souveiro originária de Portugal, que recebeu a terminação "al", significando abundância.

Os barcos que levavam os produtos pastoris voltavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, entre eles materiais de construção; o que muito contribuiu para o formoseamento da vila de Sobral e sua classificação, como “a segunda em grandeza” feita por Manuel Bernardes de Vasconcelos.⁵

A 12 de janeiro de 1841, Sobral foi elevada à condição de cidade, com o nome Fidelíssima Cidade de Januária do Acaraú, pela lei provincial nº 229, do Presidente José Martimiano de Alencar. Era a reafirmação de Sobral como centro urbano, difusor de cultura em todo o estado.

Pecuária, Algodão e, mais recentemente, a Indústria foram os três pilares de sustentação de Sobral desde sua fundação no século XVIII, precisamente em 1750. Hoje, a indústria, o comércio e a universidade movimentam a vida econômica, social e cultural da cidade. Em 1997, depois de um meticuloso e minucioso trabalho de estudos da história da cidade, Sobral foi tombada com Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão do Governo Federal. Todavia, o que é Patrimônio Histórico? O que muda e o que não muda quando esse aparato institucional do Governo Federal *toca* uma cidade?

Ao buscarmos outras fontes de pesquisas para darmos uma ênfase maior ao conceito de patrimônio histórico, o decreto lei nº25 de 1937 define patrimônio histórico cultural como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País, pertencente a pessoas físicas ou jurídicas, ou seja, de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Para ser considerado como patrimônio nacional, os bens devem ser inscritos nos livros do Tombo. Estão sujeitos ao tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela “feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciado pela indústria humana.⁶

A nosso ver, a definição de patrimônio apresentada no decreto lei citado possui uma conotação ideológica e burocrática. Quando considera apenas os grandes monumentos e os relacionados a fatos memoráveis da história, cria um pressuposto subjetivo e discriminatório, o que leva os pequenos monumentos ou manifestações culturais a ficarem fora do livro do Tombo e, portanto, fora do interesse político.

Segundo José Ricardo da Cruz Bezerra,⁷ a definição de patrimônio histórico feita pela Carta de Veneza, de maio de 1964, considera não só as obras maiores quanto às menores. A sua noção de monumento histórico compreende desde a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dê testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. “Estende-se não só às grandes criações, mas também às “obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. A significação cultural é, portanto, o princípio que define o patrimônio histórico, pois são “portadores de uma mensagem espiritual do passado e testemunho vivo das tradições seculares de um povo”.

Ainda, seguindo a linha de raciocínio do autor acima citado, o conceito de patrimônio apresentado pela Carta de Veneza, ao considerar os fatos referentes à cultura popular, deixa espaços para a valorização de outras obras não ligadas apenas à visão elitista. A História Nova tem aberto novos campos de pesquisas, portanto, novas possibilidades para se preencher aquelas lacunas deixadas pela historiografia positivista, onde apenas os acontecimentos políticos ou os documentos oficiais são considerados. A visão dos vencidos, o cotidiano, a história oral, a memória são temas recentes na historiografia brasileira, ocasionado uma revisão teórico-metodológica das ditas

Ciências Sociais. Isso se refere no próprio conceito de Patrimônio Histórico e Artístico, sendo substituído por “patrimônio cultural”, o que contempla melhor outros valores culturais não contemplados na terminologia anterior.

A constituição brasileira de 1988, em seu artigo 216, define patrimônio cultural como sendo “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A lei máxima brasileira inclui, ainda, no conjunto do patrimônio cultural as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e metodologias; assim como, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. Considera ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

Na concepção de José Ricardo da Cruz Bezerra, a falta de interesse da população pela preservação do seu patrimônio histórico parece ser consequência da falta de identidade com esta história que não lhe diz respeito. O povo se ver representado nos ícones, símbolos ou monumentos de um passado pertencente a uma elite dominante. Os seus valores parecem não ser considerados pelas políticas de tombamento. A sua memória fica, portanto, à margem do processo histórico. Além disso, as nossas escolas não têm contribuído muito para a formação de uma sensibilidade voltada para a questão do patrimônio cultural. Temos como resultado, cidadãos alheios aos seus bens culturais, incapazes de identificarem em uma simples edificação algo mais do que um amontoado de tijolos, telhas e paredes caídas.

Não podemos esquecer, contudo, que ainda hoje, na prática, nem todos os segmentos sociais têm igual acesso ao conhecimento e ao significado desses bens culturais, seja pelas condições de vida e pela baixa escolaridade de grande parte da população, seja pela pouca divulgação que lhes é dada. A melhoria da qualidade de vida de nossas cidades, tão ameaçada nos dias de hoje, depende em parte deste conhecimento e da valorização da cultura que nos cerca. Tão importante quanto preservar a natureza é também manter a feição de lugares, prédios, ruas, outros ambientes que conforme a localidade em que vivemos, são incorporados e apreciados no nosso cotidiano.

O patrimônio cultural se confunde com a identidade cultural de um povo, que se faz com a memória individual e coletiva. No que se diz respeito à memória, esta é:

Imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória o cidadão não pode situar-se na própria cidade, pois se perde o elo afetivo que propicia a relação habitante – cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história.⁸

Falar de cidadania é reconhecer o direito à memória e o dever de sua preservação. A conservação do patrimônio cultural implica na conservação da memória individual e coletiva, importando na construção da identidade de um povo. Os elementos urbanos são o referencial histórico de uma sociedade. Estes possibilitam, aos cidadãos, o reconhecimento enquanto agentes de direitos e principais responsáveis pela produção e manutenção do acervo cultural de sua comunidade. Quando destruídos estes referenciais, perde-se a identidade, o cidadão torna-se estrangeiro dentro de seu próprio território.

Na entrevista aplicada aos professores do Ensino Fundamental que lecionam História, objetivou-se investigar como os mesmos percebem e conceituam Patrimônio Histórico apresentamos os seguintes resultados: de modo geral, aos quais foi dirigida a pergunta sobre o conceito de Patrimônio Histórico em suas falas foi apresentada uma resposta baseada no decreto lei nº 25 da constituição de 1937 quando estes, considera somente os grandes monumentos históricos

patrimônios da humanidade.

“São os monumentos relacionados a obras dos nossos antepassados”.

Professor: A

“É quando um monumento faz parte da vida e memória de uma geração”.

Professor: B

“São os prédios antigos que compõe a arquitetura da cidade”.

Professor: C

“São coisas antigas da arquitetura da cidade”.

Professor: D

“São os monumentos que fazem da história de Sobral”.

Professor: E

"É aquilo que marcou a história do povo, do município".

Professor: F

"É o que faz parte da história do município".

Professor: G

"E algo do passado que tem de ser preservado".

Professor: H

"E o passado da cidade quando falamos de obras do passado".

Professor: I

"Legado cultural, deixado para as gerações futuras revelando aspectos sociais, políticos e econômicos".

Professor: J

Assim, todos os entrevistados deixaram ausentes em suas respostas o destaque aos pequenos monumentos e as manifestações culturais. Desta forma podemos observar que a definição de Patrimônio Histórico é apresentada como algo que é muito velho e de muito valor financeiro, sendo restrita aos monumentos que representam símbolos do poder colonial: a igreja, os casarões, quartéis, confronta-se com a definição defendida pela professora Holanda: segundo ela Patrimônio Histórico é resultado de uma prática cultural de todas sociedades onde diversas funções sociais passadas expressam grandes significado.

Quando abordados sobre o conhecimento da história local, detectamos que a muitos professores conhecem de forma rarefeita e rasteira sobre o patrimônio histórico e sobre a cidade de Sobral, em especial. Percebe-se assim a necessidade de mais informações no acervo de conhecimentos desses profissionais sobre a história de seu município.

"Sim, mas sem profundidade".

Professor: A

“Sim, um pouco”.

Professor: B

“Sim, superficialmente”.

Professor: C

“Sim, pelo livro do Padre Lira”.

Professor: D

“Sim, mais ou menos o básico”.

Professor: E

“Sim, mas não há fundo”.

Professor: F

“Sim, tem uma boa base”.

Professor: G

“Sim, parcialmente”.

Professor: H

“Totalmente não, conheço algumas obras que relatam sobre a história de Sobral”.

Professor: I

“Conheço um acervo razoável de informações”.

Professor: J

Ao perguntarmos se era da prática dos professores já terem visitado os prédios antigos que compõe partes do nosso Patrimônio Histórico observamos que as maiorias das edificações mais remotas foram visitadas faltando apenas alguns prédios, restaurados recentemente.

Quando indagamos sobre a questão da preservação do Patrimônio Histórico por parte do poder público foi pronunciado que o mesmo foi tratado ao longo da história por representantes políticos que não eram comprometidos com a cultura, portanto nosso Patrimônio cultural nesse período caracteriza-se pelo abandono e destruição.

“Esquecido, maltratado, pela falta de conhecimento do valor cultural, do patrimônio cultural pelos governantes do período anterior a penúltima década do século XX”.

Professor: A

“Esquecido pela falta de reconhecimento da população e dos governantes”.

Professor: B

“Ficou no esquecimento, devido ao grau de cultura dos antigos políticos”.

Professor: C

“Levado ao esquecimento, descaso, dos governantes”.

Professor: D

“Berrante, um absurdo, pois foi marcado pela destruição e abandono”.

Professor: E

“Bastante desprezado”.

Professor: F

“Em época anterior o nosso patrimônio foi devastado, isso porque o velho não interessava, devido também ao descanso político”.

Professor: G

“Totalmente desprezado abandonado à mercê da ação do tempo e ausência de uma política de

valorização".

Professor: H

"Péssimo descaso total".

Professor: I

Não deram prioridade ao Patrimônio Histórico de Sobral".

Professor: J

Quando pedimos a opinião sobre a forma que o Patrimônio Histórico esta atualmente sendo tratado é colocado de modo geral que, o mesmo está recebendo atenção devida pela atual administração municipal, resgatando-se assim a cultura.⁹

“Zelado, pela atual administração municipal e bem visto nacionalmente”.

Professor: A

“Bem conservado, valorizado pela atual administração que recuperou nosso Patrimônio Histórico”.

Professor: B

“Gostando bastante devido a atual administração municipal que recuperou nono Patrimônio Histórico”.

Professor: C

“Resgatado o seu devido valor”.

Professor: D

“Preservado, resgatado”.

Professor: E

“Preservado, restaurado e alguns reconstituídos”.

Professor: F

“Bem tratado, devido a valorização dos governantes e divulgação”.

Professor: G

“Excelente, marcado pela restauração do nosso patrimônio”.

Professor: H

“Com dedicação amor resgate ao passado”.

Professor: I

“Resgatado, medida do possível”.

Professor: J

“Resgatado, a medida do possível”.

Professor: J

Por quanto, muitas foram as recompensas do período de pesquisa, pois no decorrer do qual sentimos a necessidade de conhecermos e adentrarmos desde às fontes bibliográficas que nos levasse ao esclarecimento das causas e origem de nossa cidade até mesmo aos aspectos políticos e sócio-econômicos do decorrer de sua história, sem deixar de mencionar também que na execução deste trabalho percebemos quanto é vago o conceito que muitos expressam sobre o que seja Patrimônio Histórico Cultural.

Na realidade, o pouco conhecimento em torno de Patrimônio Histórico e sua importância é a falta de identidade com esta história; o povo não se vê representado nos ícones, símbolos ou monumentos de um passado pertencente a uma pequena elite dominante.

Buscando o contato com profissionais da área educacional de História a fim de averiguar o que estes conheciam sobre Patrimônio Histórico, detectamos uma importante significância do assunto. Embora, diante da vastidão do estudo, ainda damos os primeiros passos, consideramos o conhecimento dos profissionais entrevistados um elemento o qual contribui na ampliação da memória da identidade cultural de um povo.

No decorrer da prática da pesquisa passamos a fazer parte de um círculo restrito de pessoas, conhecedor de informações que olhará para as ruas, avenidas, e praças da cidade de Sobral com mais criticidade ao observar os estilos dos sobrados, igrejas e ruas de nosso município.

Conscientizamos-nos de que Patrimônio Histórico além de ser formado por elementos materiais resulta de uma prática social e cultural de toda sociedade, onde diversas funções sociais possuem grandes significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, José Ricardo de Cruz. **O Patrimônio Histórico no Ensino de História**. Fortaleza, 2001. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino de História) pela Universidade Estadual do Ceará.

CIRCE, Bittencourt (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1992.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alvene & SOARES, Maria Norma Maia. **Sobral: História e Vida**. Sobral: Edições UVA, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SOARES, José Teodoro. **A Idéia de Modernidade em Sobral**. Fortaleza: Edição UFC/Edições UVA, 2000.

SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

FONTES ORAIS

Professor A

Professor B

Professor C

Professor D

Professor E

Professor F

Professor G

Professor H

Professor I

Professor J